A persistência das assimetrias territoriais constitui um dos desafios estruturais do desenvolvimento português, refletindo processos históricos de concentração populacional, económica e institucional nas áreas metropolitanas e no litoral. O despovoamento, o envelhecimento demográfico, a redução da oferta de serviços e a fragilidade dos mercados de trabalho têm condicionado a capacidade de numerosos territórios de baixa densidade para atrair investimento e reter população. Contudo, interpretar o interior exclusivamente através das suas vulnerabilidades significa desconsiderar os recursos, as competências e as oportunidades de inovação que nele coexistem. A revitalização territorial exige, por isso, uma mudança de paradigma: substituir uma abordagem predominantemente compensatória por estratégias de desenvolvimento territorialmente diferenciadas, sustentadas no conhecimento, na cooperação institucional e na valorização das capacidades locais.

Esta perspetiva encontra fundamentação no conceito de desenvolvimento territorial endógeno, segundo o qual os processos de transformação devem mobilizar recursos materiais e imateriais específicos de cada território. Barca et al. (2012) defendem que as políticas territorialmente orientadas devem reconhecer as particularidades institucionais, económicas e sociais dos lugares, evitando soluções uniformizadas que desconsiderem as necessidades das populações. Complementarmente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2020) sublinha a importância de políticas rurais integradas, capazes de articular competitividade económica, sustentabilidade ambiental e bem-estar comunitário. Nesta abordagem, a revitalização deixa de ser entendida como simples recuperação física dos espaços para assumir uma dimensão sistémica, na qual a criação de oportunidades económicas deve acompanhar a melhoria das condições de vida.

A experiência das Aldeias do Xisto, na região Centro, ilustra o potencial da valorização integrada do património arquitetónico, cultural e natural. A articulação entre reabilitação patrimonial, turismo de natureza, gastronomia e empreendedorismo local demonstra como os recursos endógenos podem constituir fatores de diferenciação territorial. Todavia, a atratividade turística não representa, isoladamente, um indicador suficiente de desenvolvimento. A sustentabilidade destas iniciativas depende da sua capacidade para gerar emprego estável, estimular cadeias de valor locais e preservar comunidades residentes. Como salientam Barca et al. (2012), as intervenções territorialmente orientadas devem responder às necessidades concretas dos lugares, evitando que os benefícios económicos se concentrem em determinados agentes ou atividades.

A transformação digital introduz novas possibilidades de reorganização económica e espacial. Em Vinhais, a adaptação de uma antiga escola primária a espaço de coworking, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, representa uma tentativa de reutilização de infraestruturas públicas para apoiar o teletrabalho e novas formas de atividade profissional (Recuperar Portugal, 2026). Esta iniciativa evidencia que a inovação territorial não depende necessariamente da construção de novos equipamentos, podendo resultar da reconversão funcional de recursos existentes. Contudo, a existência de conectividade e espaços colaborativos não garante, por si só, a fixação populacional. A atratividade residencial continua dependente da acessibilidade à habitação, educação, saúde, mobilidade e serviços de proximidade.

A digitalização do comércio tradicional constitui outra dimensão desta transformação. O Bairro Comercial Digital «La Nubre an Miranda», em Miranda do Douro, procura integrar ferramentas digitais nas atividades comerciais locais, reforçando a sua visibilidade e capacidade de acesso a novos mercados. A relevância destas intervenções reside na possibilidade de articular modernização tecnológica e identidade territorial, contrariando a ideia de que a inovação exige a substituição das atividades económicas tradicionais. Todavia, os seus resultados devem ser avaliados através de indicadores de adoção tecnológica, produtividade, volume de negócios e sustentabilidade empresarial, distinguindo os objetivos anunciados dos efeitos efetivamente alcançados.

Neste enquadramento, o empreendedorismo assume uma função estruturante. Stam (2015) conceptualiza os ecossistemas empreendedores como configurações interdependentes de instituições, redes, conhecimento, liderança, financiamento e recursos humanos que influenciam a criação de valor. Posteriormente, Stam e van de Ven (2021) aprofundaram esta abordagem, demonstrando a importância das interações entre os elementos institucionais e os recursos dos ecossistemas. Aplicada aos territórios de baixa densidade, esta perspetiva sugere que a criação isolada de empresas ou a atribuição de incentivos financeiros dificilmente produzirá transformações duradouras sem redes de cooperação, competências especializadas e acesso a mercados.

O Programa Promove – O Futuro do Interior constitui um exemplo de mobilização de recursos para estimular iniciativas inovadoras. Segundo a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, 2025), a sétima edição apoiou 33 projetos e 20 ideias inovadoras, com financiamento global de 6,4 milhões de euros, abrangendo áreas como sustentabilidade, valorização dos

recursos naturais e inovação tecnológica. Estes dados evidenciam a mobilização de investimento e a existência de iniciativas territorialmente orientadas, embora não permitam concluir, isoladamente, que ocorreu revitalização demográfica ou económica. Para estabelecer essa relação, seriam necessárias avaliações longitudinais dos resultados, incluindo emprego criado, continuidade empresarial e benefícios efetivos para as comunidades.

A articulação entre investigação científica, instituições de ensino superior e agentes económicos constitui igualmente uma condição relevante para a transformação territorial. A transferência de conhecimento pode favorecer a modernização agrícola, a bioeconomia, a economia circular e a utilização sustentável dos recursos. Neste contexto, o projeto de requalificação do Solar Pina Ferraz, em Aldeia das Dez, destinado a acolher atividades de fabricação digital e coworking, exemplifica uma estratégia de aproximação entre património e inovação. Contudo, a sua contribuição para o desenvolvimento dependerá da capacidade de envolver empresas, instituições e residentes, evitando que a infraestrutura permaneça desligada das necessidades locais.

A inovação social complementa estas estratégias ao reconhecer que os desafios territoriais não são exclusivamente económicos. Iniciativas como o projeto SUDOE ATLAS, orientado para a cooperação comunitária, a agroecologia e os sistemas alimentares sustentáveis, procuram desenvolver respostas baseadas na participação coletiva e na utilização responsável dos recursos. Estas abordagens aproximam-se da conceção de inovação social de Moulaert et al. (2013), que valoriza a satisfação de necessidades sociais, a transformação das relações institucionais e o fortalecimento das capacidades comunitárias. Assim, revitalizar implica também reforçar a capacidade das populações para participar nas decisões que condicionam o seu futuro.

A dimensão demográfica exige particular atenção. O envelhecimento e a dispersão geográfica das populações tornam a acessibilidade aos cuidados de saúde um elemento essencial da coesão territorial. A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization [WHO], 2020) reconhece que o envelhecimento saudável depende da interação entre capacidade intrínseca, ambientes favoráveis e oportunidades de participação. Neste sentido, a telemonitorização, a telessaúde e as tecnologias de apoio à autonomia podem complementar os serviços presenciais, desde que sejam consideradas as desigualdades digitais e as necessidades específicas das populações.

A Enfermagem de Reabilitação pode contribuir para este processo através de intervenções comunitárias orientadas para a manutenção da funcionalidade, prevenção da dependência, promoção da mobilidade e capacitação de cuidadores. A possibilidade de envelhecer no território de pertença, com segurança e acesso a cuidados adequados, constitui simultaneamente um objetivo de saúde pública e uma condição de sustentabilidade social. Consequentemente, a inovação em saúde deve integrar as estratégias de desenvolvimento territorial, em vez de permanecer circunscrita à organização dos serviços clínicos.

A sustentabilidade económica destas iniciativas exige ainda diversificação produtiva. O turismo, embora relevante, não deve assumir uma posição exclusiva nas estratégias de revitalização. A dependência excessiva de atividades sazonais pode aumentar a vulnerabilidade económica e pressionar os mercados habitacionais. A valorização da agricultura sustentável, das energias renováveis, dos serviços digitais e das pequenas empresas locais poderá favorecer estruturas económicas mais diversificadas. Contudo, o impacto destas atividades dependerá da qualidade do emprego, da distribuição territorial dos rendimentos e da capacidade de retenção de valor nas comunidades.

Do ponto de vista metodológico, a avaliação da revitalização territorial deve ultrapassar indicadores de execução financeira ou número de projetos aprovados. Importa integrar variáveis demográficas, económicas, sociais, ambientais e institucionais, recorrendo a desenhos longitudinais e metodologias mistas. A comparação entre territórios beneficiários e territórios com características semelhantes poderá contribuir para identificar efeitos atribuíveis às intervenções, enquanto a participação dos residentes permitirá compreender transformações que os indicadores quantitativos não captam integralmente.

Em síntese, os projetos de revitalização do interior português demonstram a existência de estratégias promissoras de articulação entre património, tecnologia, empreendedorismo e inovação social. Todavia, o seu verdadeiro contributo para o desenvolvimento sustentável dependerá menos da quantidade de investimento mobilizado do que da capacidade de produzir mudanças estruturais, inclusivas e duradouras. Revitalizar não significa apenas recuperar edifícios, financiar iniciativas ou atrair visitantes; significa criar condições para que as pessoas possam permanecer, regressar e construir projetos de vida nos territórios que escolheram. O futuro do interior português dependerá, em última análise, da capacidade de transformar potencial territorial em oportunidades reais, conhecimento em valor coletivo e inovação em qualidade de vida.

Referências bibliográficas

Barca, F., McCann, P., & Rodríguez-Pose, A. (2012). The case for regional development intervention: Place-based versus place-neutral approaches. Journal of Regional Science, 52(1), 134–152. https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2011.00756.x

Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (2025, 11 de novembro). 7.ª edição do Programa Promove apoia 33 novos projetos para valorizar o Interior. https://www.fct.pt/7-a-edicao-do-programa-promove-apoia-33-novos-projetos-para-valorizar-o-interior/

Moulaert, F., MacCallum, D., Mehmood, A., & Hamdouch, A. (Eds.). (2013). The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research. Edward Elgar Publishing.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020). Rural well-being: Geography of opportunities. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/d25cef80-en

Recuperar Portugal. (2026, 10 de março). PRR apoia a criação de novo espaço de coworking em Vinhais e reforça condições para teletrabalho no interior. https://recuperarportugal.gov.pt/2026/03/10/prr-apoia-a-criacao-de-novo-espaco-de-coworking-em-vinhais-e-reforca-condicoes-para-teletrabalho-no-interior/

Stam, E. (2015). Entrepreneurial ecosystems and regional policy: A sympathetic critique. European Planning Studies, 23(9), 1759–1769. https://doi.org/10.1080/09654313.2015.1061484

Stam, E., & van de Ven, A. (2021). Entrepreneurial ecosystem elements. Small Business Economics, 56, 809–832. https://doi.org/10.1007/s11187-019-00270-6

World Health Organization. (2020). Decade of healthy ageing: Baseline report. https://www.who.int/publications/i/item/9789240017900